



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Telecomunicações
Departamento de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital

MINUTA DE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 936637

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 936637/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – IFMS.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MCOM**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob no 37.753.638/0001-03, neste ato representado pelo Diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital, Sr. **JORDAN SILVA DE PAIVA**, Nomeado pela Portaria Nº 261, de 29 de Fevereiro de 2024, publicada na seção 2, página 1, edição 42, do Diário Oficial da União, que assina tendo em vista a delegação de competência normatizada pela Portaria SETEL/MCOM nº 10.326, de 21 de Setembro de 2023; e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – IFMS**, inscrito sob o CNPJ de no 10673078/0001-20, com sede na Rua Jorn. Belizário Lima, 236, Vila Glória, Campo Grande/MS, CEP: 79004-270, representado pela Reitora, Sra. **ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada registrado no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sob o nº 936637, obedecido o disposto no Decreto Federal nº 10.426, de 16 de julho de 2020, consoante ao Processo Administrativo nº 53115.024069/2022-11, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem como objeto promover a prorrogação da vigência do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 936637/2022, e ajustar o respectivo Plano de Trabalho, que passa a vigorar na forma do anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do TED nº 936637/2022 fica prorrogado até a data de **2 de março de 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificados os demais termos e condições do instrumento originário, não modificados no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O Termo Aditivo será publicado no sítio eletrônico oficial da unidade descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura.

E, por estarem assim, justos e de acordo, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente.

Pela DESCENTRALIZADORA,

JORDAN SILVA DE PAIVA

Diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital

Pela DESCENTRALIZADA,

ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Mato Grosso do Sul



Documento assinado eletronicamente por **Jordan Silva de Paiva, Diretor do Departamento de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital**, em 19/11/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Borges Monteiro Cassiano, Usuário Externo**, em 28/11/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12029735** e o código CRC **DD6DD0BD**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Telecomunicações
Departamento de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério das Comunicações**

Nome da autoridade competente: **Jordan Silva de Paiva**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Telecomunicações/Departamento de Projetos de Infraestrutura e Inclusão Digital/Coordenação-Geral de Inclusão Digital/Divisão de Projetos e Parcerias.**

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **410003 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos**

Nome da Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Divisão de Projetos e Parcerias – DIPAR/CGID/DEPIN/SETEL**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**

Nome da autoridade competente: **Elaine Borges Monteiro Cassiano**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **158132 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – 26415**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: **158132 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - 26415**

3. OBJETO:

Manutenção do Centro de Recondicionamento de Computadores Dourados como ferramenta para Inclusão Digital e Desenvolvimento Social

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Visando a execução do objeto supracitado, são propostos os objetivos a seguir no âmbito do TED em questão.

4.1 OBJETIVO GERAL

Promover a continuidade das atividades do Centro de Recondicionamento de Computadores Dourados, visando revitalização de Pontos de Inclusão Digital apoiados pela Política de Inclusão Digital do Governo Federal.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implantar laboratórios temáticos para a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Ampliar as ações de formação e recondicionamento de computadores no Município de Dourados - Mato Grosso do Sul e região, com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - Campus Dourados;
- Fomentar ações que possibilitem a transformação dos municípios parceiros em cidades e comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis;
- Auxiliar no processo de redação de Projeto de Lei para o estabelecimento de uma política estadual para a gestão de Resíduos Eletrônicos;
- Auxiliar na redução do impacto ambiental negativo per capita nos municípios parceiros, com foco gestão de resíduos eletrônicos municipais;
- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas, de forma a reforçar o planejamento regional de desenvolvimento;
- Promover, preferencialmente, para jovens em vulnerabilidade social, cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional de curta duração, visando a formação continuada de jovens talentos;
- Promover, para os profissionais que atuam em salas/laboratórios de tecnologia, formação técnica e pedagógica para o atendimento de demandas educacionais por meio da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs;
- Fortalecer ações que promovam a tecnologia da informação e a cultura maker como ferramentas para a transformação social, considerando as dimensões éticas, culturais, além de aspectos ambientais sustentáveis;
- Fomentar ações que promovam o empreendedorismo social dentro dos territórios atendidos pelo CRC, favorecendo assim, uma formação humana, técnica, profissional e empreendedora;
- Ampliar a possibilidade de inserção no mundo do trabalho e de criação de novos negócios por meio da interação com o ecossistema de empreendedorismo do IFMS Campus Dourados;
- Promover o espírito inovador, tecnológico, de trabalho em equipe, empreendedor e social em jovens da comunidade local e em situação de vulnerabilidade.

4.3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, por meio do projeto em questão, atingir os seguintes resultados:

- Ampliar as ações do Centro de Recondicionamento de Computadores no município de Dourados - Mato Grosso do Sul;
- Implantar laboratórios temáticos para a formação e para o recondicionamento de computadores;
- Recondicionar, no mínimo, 1.000 (mil) computadores para atendimento às demandas observadas em Pontos de Inclusão Digital no município de Dourados e demais localidades no prazo de 24 meses;
- Descaracterizar, no mínimo, 400 (quatrocentos) equipamentos conhecidos como “TV Box”, de forma que sejam propostas novas tecnologias, tais como: terminais eletrônicos de pesquisa (totens); Controladores para Robótica Móvel; e Centrais para Jogos Digitais Educativos. O processo de descaracterização deve ater-se às certificações vigentes por parte da ANATEL, considerando que os componentes de conexão Wi-fi dos equipamentos descaracterizados serão reaproveitados. Vale ressaltar que a descaracterização dos equipamentos supracitados envolverá a exclusão total do sistema operacional previamente instalado. Caso o procedimento de descaracterização não ocorra a contento, deve-se proceder com a alteração da meta de recondicionamentos ou com a devolução dos recursos descentralizados;
- Implantar um laboratório temático de Desenvolvimento de Jogos Digitais Educativos, nomeado GameLab IFMS;
- Desenvolver, no mínimo, 12 Jogos Digitais Educativos, em parceria com o Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais do IFMS – Campus Dourados - para distribuição direta nos computadores recondicionados pelo CRC Dourados;
- Auxiliar na manutenção preventiva de Pontos de Inclusão Digital no município de Dourados e demais localidades da área de abrangência do CRC Dourados;
- Formar, no mínimo, 2.000 (duas mil) pessoas, preferencialmente jovens em situação de vulnerabilidade social, no prazo de 24 meses;

- Prover formação pedagógica para 500 profissionais lotados em salas de tecnologia, de preferência para os que atuarão nos laboratórios cujos computadores foram doados pelo Programa Computadores para Inclusão. Serão ofertados, para tal, cursos que envolvem as temáticas Tecnologias Digitais na Educação (60 horas) e Introdução ao Linux (60 horas);
- Criar e disponibilizar para o MCOM uma plataforma dedicada e material didático específico para os cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional em:
 - a. Informática Básica (60 horas);
 - b. Marketing Digital (60 horas);
 - c. Robótica Móvel (60 horas);
 - d. Montagem e Manutenção de Computadores (60 horas);
 - e. Introdução ao Desenvolvimento de Jogos Digitais (60 horas);
 - f. Design Gráfico para Redes Sociais (60 horas);
 - g. Internet das Coisas e Automação com Arduino (60 horas);
 - h. Tecnologias Digitais na Educação (60 horas);
 - i. Introdução ao Linux (60 horas);
- Promover eventos, caravanas e ações de conscientização e mobilização social para o correto descarte de equipamentos e resíduos eletroeletrônicos;
- Executar plano de destinação adequada do resíduo eletroeletrônico com empresas que possuam licença ambiental;
- Propor um Plano de Sustentabilidade do CRC Dourados, por meio de consultas remotas e presenciais, em decorrência das atividades relacionadas ao TED. O papel da equipe de consultoria a ser contratada é:
 1. Assessorar nos processos de criação de políticas regionais de desfazimento de eletroeletrônicos;
 2. Assessorar na sustentabilidade do projeto. Estabelecer e propor relacionamentos, apresentar propostas para outras esferas públicas, organismos multilaterais, emendas parlamentares e entidades diversas da sociedade;
 3. Assessorar para organizar e captar recursos na disponibilização de pontos de coleta de eletroeletrônicos no Estado de Mato Grosso do Sul.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 31,4 milhões de domicílios possuíam microcomputador, correspondendo a uma redução de 3,4% em relação ao ano anterior. Considerando esse total, cerca de 27,5 milhões de unidades domiciliares declararam ter computador com acesso à Internet. As proporções de domicílios com microcomputadores (46,2%) e com microcomputadores com acesso à rede de Internet (40,5%) sofreram retrações de 2,3 e 1,6 pontos percentuais, respectivamente, na comparação com o ano anterior. As Regiões Norte e Nordeste também apresentaram as menores proporções de domicílios com microcomputador (26,7% e 30,3%, respectivamente) e com microcomputador com acesso à Internet (19,6% e 25,8%, respectivamente).

Ainda segundo o PNAD 2015, houve a redução da posse de microcomputador em todas as Grandes Regiões do País. No ano de 2015, observou pela primeira vez a redução no total de domicílios com microcomputador e com microcomputador com acesso à Internet, embora o total de moradores com acesso a Internet tenha registrado um aumento. Isso se deve ao crescimento do acesso por meio de outros equipamentos e em outros locais que não o domicílio dos pesquisados.

Considerando o exposto, mediante a necessidade observada da implantação e/ou manutenção de Pontos de Inclusão Digital, o Programa Computadores para Inclusão é uma ação do Governo Federal, executada pelo Ministério das Comunicações, para implementação de Políticas de Inclusão Digital, por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de outras esferas de governo.

Atualmente, a Secretaria de Telecomunicações, por meio de seu Departamento de Projetos de Infraestrutura de Telecomunicações e Banda Larga, é responsável pela coordenação do Programa Computadores para Inclusão. O referido programa tem como objetivo principal apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores – CRC.

Os CRCs são espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos, tratamento de resíduos eletroeletrônicos, assim como para a realização de formações, cursos e oficinas temáticas e tem como missão constituir-se em centros ativos, inseridos na comunidade.

Dentre os objetivos propostos, os CRCs devem ser voltados para a promoção da inclusão digital por meio da viabilização do acesso a equipamentos de informática e da disponibilização de cursos de capacitação na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Ademais, os CRCs devem executar ações de revitalização de Pontos de Inclusão Digital (PID), atuando em ações de desfazimento de equipamentos eletroeletrônicos, recondicionamento e distribuição dos computadores reconicionados para Pontos de Inclusão Digital.

A atuação dos CRCs pode ser estruturada de acordo com os seguintes eixos:

- **Formação Educacional e Profissionalizante:** a atividade de formação educacional e profissionalizante deve ser desenvolvida por educadores sociais, voltada às tecnologias da informação e comunicação. Objetiva-se a proposição de atividades que estimulem a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento social, promovendo oportunidades de trabalho e ressocialização;
- **Recondicionamento de Computadores:** o recondicionamento de computadores consiste, basicamente, nos processos consecutivos de sanitização de componentes e periféricos, realização de testes para funcionamento efetivo, troca dos componentes (quando necessário) e instalação de softwares livres. Os computadores reconicionados são doados e auxiliam no processo de revitalização de Pontos de Inclusão Digital;
- **Processamento de Resíduos Eletrônicos:** o tratamento ambientalmente correto dos resíduos eletroeletrônicos, que contempla a separação dos resíduos por propriedade e a destinação destes para reciclagem ou descarte, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.

Atualmente, o insumo para os Centros de Recondicionamento de Computadores - CRCs trabalharem são provenientes das doações de equipamentos de informática do Governo Federal, ato normatizado pelo Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020, conforme segue:

Art. 14. Os equipamentos, as peças e os componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos, recuperáveis ou antieconômicos poderão ser doados:

- I - a organizações da sociedade civil de interesse público e a organizações da sociedade civil que participem do programa de inclusão digital do Governo federal; ou
- II - a organizações da sociedade civil que comprovarem dedicação à promoção gratuita da educação e da inclusão digital (NR).

Em paralelo às ações dos Centros de Recondicionamento de Computadores e do Programa Computadores para Inclusão do Ministério das Comunicações, o uso das tecnologias de informação e comunicação vem transformando o dia-a-dia de muitas pessoas, tornando-se, assim, uma nova perspectiva da relação humana - um fator preponderante para o desenvolvimento individual e coletivo. Seu uso deve ser voltado para melhorar a vida das pessoas através da educação, criação de novas oportunidades de trabalho, difusão da informação, erradicação da pobreza e redução da exclusão digital, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável.

A Inclusão digital tem se destacado como uma ferramenta de apoio à cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção. A democratização do acesso a essas tecnologias da informação tem sido estimulada pelo Governo Federal nos últimos anos, principalmente pelo conjunto que ações que compõem a Política de Inclusão Digital. A partir deste contexto, o papel dos Institutos Federais ganha força por seu compromisso social de interiorização da educação profissional e tecnológica, marcando um diálogo direto com as políticas públicas estabelecidas, especificamente o de inclusão digital guiado pelo Ministério das Comunicações.

Nessa perspectiva, a ação dos Institutos Federais se materializa na utilização da tecnologia como ferramenta de transformação social à jovens e comunidades em situação de vulnerabilidade social, sendo o estabelecimento do CRC Dourados um dos promotores desse desenvolvimento.

No âmbito dos cursos ofertados pelo IFMS, essa ação encontra estímulo nas práticas sustentáveis e de responsabilidade social, direcionadas para a formação de indivíduos com protagonismo social, críticos, capazes de interagir com as questões ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa. Desta forma, o IFMS Campus Dourados, amparado por valores como: compromisso social, inovação, ética e compromisso com o desenvolvimento local e regional, se propõe juntamente com as ações do CRC Dourados, contribuir ainda mais com a região na qual está inserido e gerar novas oportunidades à população.

A região de abrangência do Campus Dourados é composta por 11 municípios: Caarapó, Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante, Vicentina e

Jateí, tendo uma população de cerca de 404.808 habitantes. Conforme [estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário](#), nos municípios de Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Juti e Rio Brillhante houve um aumento na intensidade de pobreza entre os anos de 1991 a 2000.

Especificamente na cidade de Dourados, onde o campus está inserido na região do Canaã I, observa-se, conforme o documento citado, que os municípios que compõem esse território apresentam um dos maiores índices de intensidade de pobreza do estado, a exemplo do município de Juti com 50, 63%, enquanto a média do estado é de 21,8%.

Além do contexto de vulnerabilidade social apresentado na região onde o CRC Dourados está instalado, evidencia-se também um déficit de instituições que lidam com o descarte de resíduos eletroeletrônicos, oportunizando assim, uma grande área de atuação e o despertar para ações de educação ambiental em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, assevera-se que o CRC Dourados-MS possui forte inserção na qualificação profissional dos jovens participantes trazendo conhecimento técnico e prático que os habilite a atuar no mundo do trabalho e por sua vez, ascenderem socialmente. Observa-se também que o CRC Dourados reafirma o compromisso com o devido descarte dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos de forma ambientalmente correta, por meio de empresas certificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/1990 e alterações posteriores.

Considerando o exposto, justifica-se a solicitação ora apresentada, por atender as demandas da região em situação de vulnerabilidade e o quanto tal ação contribuirá para a formação dos(as) jovens participantes e o devido tratamento aos resíduos eletroeletrônicos.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Fundação de apoio à pesquisa
2. Consultoria técnica para sustentabilidade.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Qtd	Unitário	Total	Início	Término
Meta 1	Manutenção de Infraestrutura	Estação de Recondicionamento	1	-	R\$499.599,00	dez/22	02/03/2026

Etapa 1.1	Manutenção mensal de espaços e infraestrutura, serviços de terceiros, material de consumo para a adequação de espaços físicos (instalações elétricas e divisórias)	Manutenção predial	1	R\$ 180.055,00	R\$ 180.055,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 1.2	Aquisição de mobiliário e ferramentas de trabalho	Material permanente de apoio às ações de condicionamento	1	R\$ 84.200,00	R\$ 84.200,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 1.3	Manutenção de Equipe Gerencial	Equipe Gerencial	1	R\$ 165.600,00	R\$ 165.600,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 1.4	Aquisição de Equipamentos e Materiais	Equipamentos e Materiais	1	R\$ 69.744,00	R\$ 69.744,00	dez/22	02/03/2026
Meta 2	Formação de Jovens e Profissionais de Salas de Tecnologia	Cursos de Inclusão Digital	2.500	-	R\$213.600,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 2.1	Criação de cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional	Cursos de Inclusão Digital	9	R\$ 23.733,33	R\$ 213.600,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 2.2	Formação de pessoas, preferencialmente jovens em situação de vulnerabilidade social	Certificação de Alunos em Cursos de Inclusão Digital	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 2.3	Formação de Profissionais lotados em Salas de Tecnologia	Formações pedagógicas	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	dez/22	02/03/2026
Meta 3	Recondicionamento de Computadores	Computadores	1.400	-	R\$151.200,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 3.1	Recondicionamento de Computadores	Computadores recondicionados	1.000	R\$ 120,00	R\$120.000,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 3.2	Descaracterização de TV Box	TV Box descaracterizadas	400	R\$ 78,00	R\$31.200,00	dez/22	02/03/2026
Meta 4	Doação de computadores	Computadores	1.000	-	R\$ 14.400,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 4.1	Entrega de computadores Doados	Logística para entrega	5	R\$ 2.880,00	R\$ 14.400,00	dez/22	02/03/2026
Meta 5	Jogos Digitais Educativos como ferramentas de Inclusão Digital	Jogos Digitais	12	-	R\$333.300,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 5.1	Implantação do Laboratório GameLab para o desenvolvimento de Jogos Digitais Educativos embarcados	Implantação de Laboratório temático	1	R\$ 268.500,00	R\$ 268.500,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 5.2	Desenvolvimento de Jogos Digitais Educativos embarcados	Entrega de Jogos Digitais para Utilização	12	R\$ 5.400,00	R\$ 64.800,00	dez/22	02/03/2026
Meta 6	Campanhas e gincanas	Realização de Campanhas e Gincanas	4	-	R\$40.000,00	dez/22	02/03/2026
Etapa 6.1	Promoção de Campanhas e gincanas	Realização de Campanhas e Gincanas	4	R\$ 10.000,00	R\$ 40.000,00	dez/22	02/03/2026

Meta 7	Sustentabilidade e Custos Operacionais	Fundação de Apoio à Pesquisa e Consultoria	2	-	R\$261.939,80	dez/22	02/03/2026
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO Técnica							
Etapa MÊS/ANO 7.1 03/04/2023	Fundação de apoio à pesquisa	Fundação de Apoio à Pesquisa	1	VALOR R\$ 157.163,88	R\$ 157.163,88	dez/22	dez/22
Etapa 7.2	Consultoria Técnica para Sustentabilidade	Consultor Técnico	1	R\$ 104.775,92	R\$ 104.775,92	dez/22	02/03/2026
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD							
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA				CUSTO INDIRETO		VALOR PREVISTO	
33.90.39				SIM		R\$ 1.514.038,80	
12. PROPOSIÇÃO							
Campo Grande (MS), data da assinatura eletrônica.							
ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO Reitora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS							
13. APROVAÇÃO							
Campo Grande (MS), data da assinatura eletrônica.							
JORDAN SILVA DE PAIVA Diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital Ministério das Comunicações							



Documento assinado eletronicamente por **Jordan Silva de Paiva, Diretor do Departamento de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital**, em 19/11/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12029772** e o código CRC **FC6D2E81**.